

## **FORMAS ALTERNATIVAS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS**

**Carga horária: 45h – 3 créditos**

**Eletiva da Linha 2**

### **Ementa:**

#### **PRIMEIRA PARTE**

1. Jurisdição oficial e formas alternativas de solução de conflitos. Jurisdição estatal e jurisdição privada. Monopólio estatal da jurisdição, Constitucionalidade da jurisdição privada.

2. Solução de conflitos na sociedade da informação. Autocomposição (acordo, transação, conciliação, renúncia e desistência) e heterocomposição (jurisdição e arbitragem). Diferença entre mediação e arbitragem. Mediação judicial e extrajudicial. Arbitragem eletrônica.

3. Evolução histórica da mediação e da arbitragem. Origens da mediação e da arbitragem. Mediação e arbitragem no Brasil (período imperial até os nossos dias).

#### **SEGUNDA PARTE**

4. Natureza jurídica da arbitragem e da sentença arbitral.

5. Conflitos sujeitos à arbitragem. Diferença entre direito disponível e direito indisponível. O efeito vinculante da convenção de arbitragem e o princípio da indeclinabilidade da jurisdição. O juízo de equidade na arbitragem.

6. Independência e imparcialidade do árbitro. Impedimento e suspeição do árbitro. Controle judicial da sentença arbitral.

7. Aspectos procedimentais da arbitragem. Intervenção de terceiros na arbitragem.

8. Arbitragem nas relações de consumo e de trabalho. As Comissões de Conciliação Prévia (Lei n. 9.958/00).

9. Arbitragem nos contratos de parceria público-privada (PPP). Arbitragem na Administração Pública. Arbitragem nos contratos administrativos.

10. A sentença arbitral estrangeira e sua execução no Brasil. A convenção de Nova Iorque.

11. A arbitragem internacional e seus reflexos no Direito brasileiro. Arbitragem comercial internacional no ciberespaço.

12. Arbitragem em problemas de tecnologia de informática. Controle judicial da sentença arbitral online e offline. Uso da arbitragem para problemas da tecnologia de informática e os métodos ODR (Online Dispute Resolution).

13. Ministério Público: Funções, órgãos, estrutura e mecanismos de controle. O Ministério Público como árbitro.

14. A arbitragem perante os Juizados Especiais (Lei n. 9.099/95).

15. Apresentação escrita de artigo científico

### **Bibliografia:**

Básica:

BACELLAR, Roberto Portugal. Mediação e arbitragem. São Paulo: Saraiva, 2020. (virtual)

BAPTISTA, Luiz Olavo. Arbitragem comercial e internacional. São Paulo: Lex, 2011.

CAHALI, Francisco José. Curso de arbitragem: mediação, conciliação, resolução cnj 125/2010. 4. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. Acesso à justiça. Tradução e revisão: Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2002.

CARMONA, Carlos Alberto. Arbitragem e processo. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

CARMONA, Carlos Alberto; LEMES, Selma Ferreira; MARTINS, Pedro Batista (coord.). 20 Anos da Lei de Arbitragem - Homenagem a Petrônio R. Muniz. São Paulo: Atlas, 2017.

GARCEZ, José Maria Rossani (coord.). A arbitragem na era da globalização. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. Mediação e autocomposição: considerações sobre a Lei nº 13.140/2015 e o Novo CPC. Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil, Porto Alegre, Magister, ano 11, n. 66, p. 22-34, maio-jun. 2015.

GUILHERME, Luiz Fernando do Vale de Almeida. Manual de arbitragem e mediação: conciliação e negociação /. – 6. ed. – São Paulo : SaraivaJur, 2022.

NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. Código de processo civil comentado e legislação extravagante. 13. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

TARTUCE, Fernanda. Mediação nos conflitos civis. – 6. ed. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2021.

TEIXEIRA, Tarcísio; LIGMANOVSKI, Patrícia Ayub C. Arbitragem em evolução: aspectos relevantes após a reforma da Lei Arbitral. Barueri: Manole, 2018.

Complementar:

BARRETO JUNIOR, Irineu Francisco. Dignidade da pessoa humana na sociedade da informação in SIMÃO FILHO, Adalberto; BARRETO JUNIOR, Irineu; LISBOA, Roberto Senise; ANDRADE, Ronaldo Alves de. Direito da sociedade da informação: temas jurídicos relevantes. São Paulo: Quartier Latin, 2012

BUENO, Cassio Scarpinella. Curso sistematizado de direito processual civil. 3. ed., rev., atual. São Paulo: Saraiva, 2014.

Calmon, Eliana. A arbitragem e o poder público. Revista de arbitragem e mediação, V. 7, n. 24, (jan/mar 2010), p. 9-16.

CAPARROZ, Roberto. Comércio internacional e legislação aduaneira esquematizado. São Paulo: Saraiva, 2018.

CARNEIRO, Athos Gusmão. Jurisdição e competência. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

DO AMARAL, Antonio Carlos Rodrigues; TAVOLARO, Agostinho Tofolli. Direito do comércio internacional: aspectos fundamentais. 2. ed. São Paulo: Lex, 2006.

DOLINGER, Jacob; TIBÚRCIO, Carmen. Direito Internacional Privado. 15ª ed. ver. atual. ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

FERNANDES, Ana Carolina Souza. A arbitragem internacional e o caso da hidrelétrica Jirau. Direito Internacional Em Análise, v. 4. São Paulo: Clássica, 2015, p. 98-121.

FICHTNER, José Antonio; MANNHEIMER, Sérgio Nelson; MONTEIRO, André Luis. Teoria geral da arbitragem. Prefácio de Min. Luis Felipe Salomão. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

FIGUEIRA JR., Joel Dias. Arbitragem – 3 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

FONSECA, Rodrigo Garcia da. A arbitragem na jurisprudência recente do Superior Tribunal de Justiça. Revista de arbitragem e mediação V. 5, n. 19, (out/dez 2008), p. 16-30.

FRANCO FILHO, Georgenor de Sousa. A nova lei de arbitragem e as relações de trabalho. São Paulo: LTr, 1997.

GASPAR, Renata Alvares. Causas de denegação de homologação de decisões arbitrais estrangeira: um diálogo com a jurisprudência brasileira e com a doutrina especializada. Revista de arbitragem e mediação, V. 7, n. 24, (jan/mar 2010), p. 58-91.

GRINOVER, Ada Pellegrini et al. Código brasileiro de defesa do consumidor. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011. (física)

GUERRERO, Luis Fernando. Convenção de arbitragem e processo arbitral. 4<sup>a</sup>. ed. São Paulo: Almedidna, 2022.

LEMES, Selma Maria Ferreira. Árbitro: princípios da independência e da imparcialidade. São Paulo: LTr, 2001. (física)

\_\_\_\_\_. A sentença arbitral. Revista de arbitragem e mediação V. 2, n. 4, (jan/mar 2005), p. 26-33.

MESSA, Ana Flavia e ROVAI, Armando Luiz. Manual de arbitragem. – 1. ed. – São Paulo : Almedina, 2021.

OLIVEIRA, Gustavo Justino de. Arbitragem publico-privada no Brasil: a especialidade do litigio administrativo e as especificidades do procedimento arbitral. Revista de arbitragem e mediação V. 12, n. 44, (jan/mar 2015), p. 149-171.

RECHSTEINER, Beat Walter. Direito internacional privado: teoria e prática. 20<sup>a</sup> ed. atual. rev. São Paulo: Saraiva, 2019.

REZEK, José Francisco. Direito internacional público: curso elementar. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

ROCHA, Caio Cesar Vieira; SALOMÃO, Luis Felipe (coords.). Arbitragem e mediação: a reforma da legislação brasileira. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2017

SANTOS, Paulo de Tarso. Arbitragem e Poder Judiciário: mudança cultural. São Paulo: LTr, 2001.

SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme. Curso de direito constitucional. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

SCHMIDT, Gustavo da Rocha; FERREIRA, Daniel Brantes; e OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. Comentários à lei de arbitragem. Rio de Janeiro: MÉTODO, 2021.

SILVA, Eduardo Silva da. Arbitragem e direito de empresa: dogmática e implementação da cláusula compromissória. São Paulo: RT, 2003.

SIMÃO FILHO, Adalberto. Autmediação: uma proposta para a solução ética de conflitos. Revista do Curso de Direito do Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas - UniFMU, São Paulo, ano XVIII, n. 26, p. 141-152, 2004.

SORDI, Paolo;

TALAMINI, Eduardo. Arbitragem e a tutela provisória no Código de processo civil de 2015. Revista de arbitragem e mediação V. 12, n. 46, (jul/set 2015), p. 287-313.

TARTUCE, Fernanda. Mediação no novo CPC: questionamentos reflexivos. Revista síntese de direito civil, v. 18, n. 108, (jul/ago 2017), p. 29-44.

TEIXEIRA, Tarcísio. Comércio eletrônico: conforme o marco civil da internet e a regulamentação do e-commerce no Brasil. 1<sup>a</sup> ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

VERÇOSA, Haroldo Malheiros Duclerc (Org.). Aspectos da arbitragem institucional. São Paulo: Malheiros, 2008. (física)

ZANELATO, Thiago Del Pozzo. A internacionalidade da arbitragem à luz do direito brasileiro. São Paulo: Almedina, 2021.